

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PANORAMA ECONÔMICO E PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

As previsões mais otimistas indicam perspectiva de crescimento do PIB brasileiro da ordem de 1,3% em 2014, ao contrário do cenário anterior de crescimento de 1,8%. Existem alguns players de mercado que trabalham com crescimento do PIB brasileiro, em 2014, abaixo de 1%, dada principalmente a fragilidade da atividade industrial. Do ponto de vista externo, embora já se identifique sinais de melhoras em algumas economias desenvolvidas - como EUA e Alemanha -, 2014 não está livre de riscos econômicos importantes advindos também do cenário externo.

A queda da confiança, espalhada entre os diversos segmentos da economia, conforme apontado pelos índices da FGV e CNI, traz importantes desafios para o segundo semestre de 2014, que poderá se estender em 2015, independente da definição do cenário político. O fato da inflação estar partindo de um nível elevado, a perspectiva de alguma depreciação cambial e a esperança de continuidade de pressões provenientes dos preços administrados resultam em um cenário de queda mais lenta da inflação do que se poderia esperar com base no comportamento da atividade econômica. Esse ambiente de desaceleração da atividade econômica com inflação ainda exibindo certa resistência à queda, nos leva a acreditar que não existe espaço para redução na taxa básica de juros no curto prazo.

### A EMPRESA

O Banco Fidis S/A, constituído sobre a forma de banco múltiplo (carteiras de crédito, financiamento e investimento, investimentos e arrendamento mercantil), tem como último acionista de referência a Fiat S.p.A., da Itália, e tem como missão suprir às necessidades financeiras das redes de concessionárias Fiat e Chrysler, notadamente por meio do financiamento dos estoques (floor-plan) e de linhas para capital de giro. Além do financiamento às concessionárias, o Banco Fidis oferece, através de sua Unidade de Negócio Chrysler Group Financial Services, linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Chrysler (CDC, Leasing e financiamentos de capital fixo).

Em virtude da reorganização mundial das empresas FIAT e CNH Industrial iniciada em 2011, o Banco Fidis em conjunto com o Banco CNH Industrial Capital S/A e Iveco Latin America Ltda. celebraram contrato de cessão de direitos, com efeitos a partir 01 de janeiro de 2014, no qual o Banco Fidis cedeu ao Banco CNHI o direito de financiar as operações da rede de concessionárias e clientes finais dos veículos da marca Iveco. Dessa forma, a partir de 01 de janeiro de 2014, o Banco CNHI assumiu as atividades da Unidade de Negócio Iveco Capital, a qual oferece linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Iveco, ocorrendo em 01 de julho de 2014 a transferência para o Banco CNHI da carteira de crédito rotativo para aquisição de veículos pela rede de concessionárias da Iveco (floor plan).

### DESEMPENHO ECONÔMICO

A receita de intermediação financeira do Banco Fidis no primeiro semestre de 2014 foi de R\$303,4 milhões, um aumento de 34,49% em relação ao primeiro semestre de 2013, alavancado tanto pelo incremento de 32,32% nas receitas de operações de crédito, em razão do mix de produtos e da demanda do mercado, quanto pelo aumento significativo de 92,87% do resultado nas operações com títulos e valores mobiliários, devido ao maior volume das operações de investimento de curto prazo e aumento das taxas de juros ao longo da primeira metade do exercício de 2014.

O resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no primeiro semestre de 2014 foi de R\$61,1 milhões, 171,91% maior do que o mesmo período de 2013, incremento impactado substancialmente pelo resultado não recorrente originado pelo preço pago pelo Banco CNHI na aquisição da Unidade de Negócio Iveco Capital.

Como consequência, o lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2014 foi de R\$35,9 milhões, superior em 131,18% em relação ao lucro líquido do primeiro semestre de 2013.

### OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco Fidis, atendendo ao disposto na Resolução 3.849, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, sua Ouvidoria, que tem como função atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais do Banco, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor ao Conselho de Administração e à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS

O Banco Fidis mantém uma estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos aderente às exigências da Resolução 3.467 do Banco Central do Brasil. Na estrutura de Controles Internos destaca-se o Comitê de Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria.

A estrutura de Governança abrange as áreas de Compliance, Controles Internos e Auditoria Interna do Banco Fidis, Auditoria Interna Fiat SpA, Risco Operacional e tratativas de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461.

Seguindo os padrões adotados do Grupo Fiat, o Banco Fidis efetua anualmente avaliações de riscos e testes de controles ICFR (Internal Control Over Financial Reporting), objetivando garantir os processos de Contabilidade e Reporting.

### AGRADECIMENTOS

O Banco Fidis agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo empenho e confiança demonstrados no transcorrer do semestre.

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

| ATIVO   | Notas | 30.06.14         |                  | 30.06.13         |  | PASSIVO  | Notas            | 30.06.14         |                  | 30.06.13 |  |
|---|-------|------------------|------------------|------------------|--|--|------------------|------------------|------------------|----------|--|
|   |       | 30.06.14         | 30.06.13         | 30.06.14         | 30.06.13   |  |                  | 30.06.14         | 30.06.13         |          |  |
| <b>Circulante</b>   |       | <b>4.864.941</b> | <b>4.797.704</b> | <b>2.854.053</b> | <b>2.453.975</b>   | <b>Circulante</b>  |                  | <b>2.854.053</b> | <b>2.453.975</b> |          |  |
| <b>Disponibilidades</b>   |       | <b>13.616</b>    | <b>21.069</b>    | <b>1.329.699</b> | <b>1.664.253</b>   | <b>Depósitos</b>   | 9                | <b>1.329.699</b> | <b>1.664.253</b> |          |  |
| <b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>                              | 4     | <b>461.627</b>   | <b>138.998</b>   | 984.157          | 1.101.903  | Depósitos a prazo  |                  | 984.157          | 1.101.903        |          |  |
| Aplicações no mercado aberto  |       | 461.627          | 138.998          | 345.542          | 562.350  | Depósitos interfinanceiros                                     |                  | 345.542          | 562.350          |          |  |
| <b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b> | 5     | <b>7.066</b>     | <b>83.050</b>    |                  | <b>69.999</b>  | <b>Obrigações por operações compromissadas</b>                 |                  |                  | <b>69.999</b>    |          |  |
| Carteira própria  |       | 6.191            | 12.451           |                  | 69.999   | Obrigações por operações compromissadas                        |                  |                  | 69.999           |          |  |
| Cotas de fundos de investimento   |       | 568              | 545              |                  |  | <b>Obrigações por recursos de letras financeiras</b>           | 9                | <b>1.012.081</b> | <b>221.007</b>   |          |  |
| Diferencial a receber   |       | 307              | 5                |                  | 1.012.081  | Letras financeiras   |                  | 1.012.081        | 221.007          |          |  |
| Vinculados a operações compromissadas                                       |       | -                | 70.049           |                  |  | <b>Obrigações por repasses do País - instituições oficiais</b> | 10               | <b>428.881</b>   | <b>444.171</b>   |          |  |
| <b>Operações de crédito</b>   | 6     | <b>4.201.292</b> | <b>4.439.891</b> |                  | <b>428.881</b>   | Finame   |                  | 428.881          | 444.171          |          |  |
| Operações de crédito - setor privado  |       | 4.293.000        | 4.546.485        |                  |  | <b>Instrumentos financeiros derivativos</b>                    | 5.c)             | <b>4.360</b>     | <b>3.557</b>     |          |  |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                               | 6.d)  | (91.708)         | (106.594)        |                  |  | Instrumentos financeiros derivativos                           |                  | 4.360            | 3.557            |          |  |
| <b>Operações de arrendamento mercantil</b>                                  | 8     | <b>(646)</b>     | <b>(1.934)</b>   |                  | <b>79.032</b>  | <b>Outras obrigações</b>                                       |                  | <b>79.032</b>    | <b>50.988</b>    |          |  |
| Arrendamentos a receber   |       | 2.629            | 2.337            |                  |  | Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados              |                  | 6.059            | 3.259            |          |  |
| Rendas a apropriar de arrendamentos a receber                               |       | (2.494)          | (1.838)          |                  |  | Negociação e intermediação de valores                          |                  | 95               | 372              |          |  |
| Provisão para créditos de arrendamentos a receber de liquidação duvidosa    | 6.d)  | (781)            | (2.433)          |                  |  | Fiscais e previdenciárias                                      | 13.a)            | 27.809           | 17.818           |          |  |
| <b>Outros créditos</b>  | 7     | <b>166.557</b>   | <b>92.972</b>    |                  | <b>2.463.292</b>   | Diversas   | 13.b)            | 45.069           | 29.539           |          |  |
| Rendas a receber  |       | 2.031            | 1.564            |                  | <b>Depósitos</b>   |  | <b>1.552.027</b> | <b>1.123.423</b> |                  |          |  |
| Diversos  |       | 164.526          | 91.408           |                  | <b>Obrigações por recursos de letras financeiras</b>           | 9  | <b>217.009</b>   | <b>921.622</b>   |                  |          |  |
| <b>Outros valores e bens</b>  |       | <b>15.429</b>    | <b>23.658</b>    |                  | <b>Obrigações por repasses do País - instituições oficiais</b> | 10   | <b>661.655</b>   | <b>825.194</b>   |                  |          |  |
| Outros valores e bens   |       | 15.012           | 23.411           |                  | Finame   |  | 661.655          | 825.194          |                  |          |  |
| Despesas antecipadas  |       | 417              | 247              |                  | <b>Instrumentos financeiros derivativos</b>                    | 5.c)   | <b>501</b>       | <b>4.245</b>     |                  |          |  |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>   |       | <b>988.816</b>   | <b>1.064.612</b> |                  | Instrumentos financeiros derivativos                           |  | 501              | 4.245            |                  |          |  |
| <b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b> | 5     | <b>93.280</b>    | <b>15.229</b>    |                  | <b>Outras obrigações</b>                                       |  | <b>32.100</b>    | <b>30.876</b>    |                  |          |  |
| Carteira própria  |       | 91.505           | 13.503           |                  | Fiscais e previdenciárias                                      | 13.a)  | 18.486           | 18.442           |                  |          |  |
| Diferencial a receber   |       | 1.775            | 1.726            |                  | Diversas   | 13.b)  | 13.614           | 12.434           |                  |          |  |
| <b>Operações de crédito</b>   | 6     | <b>796.171</b>   | <b>914.305</b>   |                  | <b>Resultado de Exercícios Futuros</b>                         | 14   | <b>14.630</b>    | <b>13.745</b>    |                  |          |  |
| Operações de crédito - setor privado  |       | 842.526          | 960.911          |                  | Resultado de exercícios futuros                                |  | 14.630           | 13.745           |                  |          |  |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                               | 6.d)  | (46.355)         | (46.606)         |                  | <b>Patrimônio Líquido</b>                                      | 15   | <b>534.346</b>   | <b>510.590</b>   |                  |          |  |
| <b>Operações de arrendamento mercantil</b>                                  | 8     | <b>(8)</b>       | <b>(197)</b>     |                  | Capital social   |  | 473.669          | 448.703          |                  |          |  |
| Arrendamentos a receber   |       | 1.034            | 9.061            |                  | De domiciliados no País  |  | 118.417          | 112.176          |                  |          |  |
| Rendas a apropriar de arrendamentos a receber                               |       | (1.034)          | (9.061)          |                  | De domiciliados no Exterior                                    |  | 355.252          | 336.527          |                  |          |  |
| Provisão para créditos de arrendamentos a receber de liquidação duvidosa    | 6.d)  | (8)              | (197)            |                  | <b>Reserva de lucros</b>                                       |  | <b>25.422</b>    | <b>47.471</b>    |                  |          |  |
| <b>Outros créditos</b>  | 7     | <b>99.373</b>    | <b>135.275</b>   |                  | <b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>                         | 5.d)   | <b>1.171</b>     | <b>(327)</b>     |                  |          |  |
| Diversos  |       | 99.373           | 135.275          |                  | <b>Lucros acumulados</b>                                       |  | <b>34.084</b>    | <b>14.743</b>    |                  |          |  |
| <b>Permanente</b>   |       | <b>12.565</b>    | <b>21.354</b>    |                  | <b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>                   |  | <b>5.866.321</b> | <b>5.883.670</b> |                  |          |  |
| <b>Imobilizado de uso</b>   |       | <b>2.569</b>     | <b>5.135</b>     |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Outras imobilizações de uso   |       | 4.147            | 6.743            |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Depreciação acumulada   |       | (1.578)          | (1.608)          |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| <b>Imobilizado de arrendamento</b>  | 8     | <b>5.601</b>     | <b>12.379</b>    |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Bens arrendados   |       | 14.725           | 24.998           |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Depreciação acumulada   |       | (13.800)         | (21.994)         |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Superveniência de depreciação   |       | 4.676            | 9.375            |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| <b>Diferido</b>   |       | <b>317</b>       | <b>2.188</b>     |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Gastos pré-operacionais   |       | 2.372            | 2.186            |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Amortização acumulada   |       | (2.085)          | (1.450)          |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Perdas em arrendamentos a amortizar   |       | 124              | 4.377            |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Amortização de perdas diferidas   |       | (94)             | (2.925)          |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| <b>Intangível</b>   |       | <b>4.078</b>     | <b>1.652</b>     |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Ativos intangíveis  |       | 5.146            | 1.952            |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| Amortização acumulada   |       | (1.068)          | (300)            |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |
| <b>Total do Ativo</b>   |       | <b>5.866.321</b> | <b>5.883.670</b> |                  |  |  |                  |                  |                  |          |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

|  | Notas | 30.06.14         | 30.06.13         |
|--|-------|------------------|------------------|
| <b>Receitas da Intermediação Financeira</b>                        |       | <b>303.373</b>   | <b>225.578</b>   |
| Operações de crédito   |       | 262.808          | 198.613          |
| Operações de arrendamento mercantil                                |       | 807              | 6.352            |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários           |       | 39.758           | 20.613           |
| <b>Despesas da Intermediação Financeira</b>                        |       | <b>(231.202)</b> | <b>(169.223)</b> |
| Operações de captação no mercado                                   |       | (180.262)        | (103.332)        |
| Operações de arrendamento mercantil                                |       | (559)            | (2.767)          |
| Empréstimos, cessões e repasses                                    |       | (15.541)         | (25.349)         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                      | 6.d)  | (34.840)         | (37.775)         |
| <b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>                 |       | <b>72.171</b>    | <b>56.355</b>    |
| <b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>                     |       | <b>(32.813)</b>  | <b>(33.677)</b>  |
| Receitas de prestação de serviços                                  |       | 615              | 573              |
| Receitas com cobrança de tarifas                                   |       | 771              | 2.476            |
| Despesas de pessoal  |       | (7.064)          | (8.711)          |
| Outras despesas administrativas                                    | 16.a) | (20.464)         | (23.855)         |
| Despesas tributárias   |       | (5.305)          | (5.318)          |
| Outras receitas operacionais                                       | 16.b) | 6.027            | 11.924           |
| Outras despesas operacionais                                       | 16.c) | (7.393)          | (10.766)         |
| <b>Resultado Operacional</b>                                       |       | <b>39.358</b>    | <b>22.678</b>    |
| <b>Resultado Não Operacional</b>                                   | 14    | <b>21.753</b>    | <b>(204)</b>     |
| <b>Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b> |       | <b>61.111</b>    | <b>22.474</b>    |
| <b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>                      | 12    | <b>(24.499)</b>  | <b>(6.174)</b>   |
| <b>Participações dos Empregados nos Lucros</b>                     |       | <b>(734)</b>     | <b>(781)</b>     |
| <b>Lucro Líquido do Semestre</b>                                   |       | <b>35.878</b>    | <b>15.519</b>    |
| <b>Lucro Líquido do Semestre por Ação do Capital Social - R\$</b>  |       | <b>0,06</b>      | <b>0,03</b>      |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

|  | Notas         | 30.06.14 | 30.06.13 |
|--|---------------|----------|----------|
| <b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>  |               |          |          |
| Lucro líquido do semestre  |               | 35.878   | 15.519   |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais |               |          |          |
| Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa   | 6.d)          | 34.840   | 37.775   |
| Baixas da provisão para crédito de liquidação duvidosa   | 6.d)          | (64.637) | (1.163)  |
| Depreciações e amortizações  |               | 1.036    | 3.438    |
| Depreciações de bens de arrendamento mercantil   |               | 538      | 2.745    |
| Insuficiência de depreciação, líquida  | 8             | 1.438    | 478      |
| Perda na alienação de bens não de uso próprio  |               | 876      | 145      |
| Perda na alienação de imobilizado de uso   |               | 256      | 59       |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | 12            | (1.824)  | (10.090) |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes   | 12            | 26.323   | 16.264   |
| Constituição (reversão) líquida da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas                               | 13.a) e 13.b) | 95       | (9.023)  |
| Atualização monetária de depósitos judiciais   | 16.b)         | (98)     | (68)     |
| Baixa de depósitos judiciais   | 16.c)         | 1.228    | (8)      |
| Variação das cotas de fundos de investimento   |               | 2        | (45)     |
|  |               | 35.951   | 56.034   |

(Aumento) redução nos ativos operacionais  
 TVM e instrumentos financeiros derivativos (7.223) 130.159  
 Operações de crédito e de arrendamento mercantil 400.922 (995.340)  
 Outros créditos 3.421 (3.019)  
 Outros valores e bens (6.234) (14.266)  
 Baixa de imobilizado de arrendamento, depreciação e superveniência de contratos encerrados 1.365 4.265  
 Alienação de bens não de uso próprio (garantias de operações de crédito tomadas por inadimplência) 4.201 4.750  
 Diferido - perdas líquidas de operações de arrendamento encerradas (4) (2.663)  
 396.448 (876.114)

Aumento (redução) nos passivos operacionais  
 Depósitos 126.256 (126.714)  
 Obrigações por operações compromissadas - 69.999  
 Obrigações por recursos de letras financeiras (73.700) 522.895  
 Obrigações por repasses do País - instituições oficiais (126.681) 40.572  
 Instrumentos financeiros derivativos (2.536) (1.044)  
 Outras obrigações 10.052 (53.293)  
 Resultado de exercícios futuros (25.623) 1.702  
 Dividendos e juros sobre capital próprio pagos 15.d) (34.349) -  
 (126.581) 454.117

### Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

|  | 30.06.14 | 30.06.13 |
|--|----------|----------|
| <b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>         |          |          |
| Alienação de imobilizado de uso                              | 1.442    | 337      |
| Aquisição de imobilizado de uso                              | (1.300)  | (1.968)  |
| Aquisição de diferido - benfeitorias em imóveis de terceiros | -        | (        |



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 16. Outras Informações

## a) Outras despesas administrativas:

|   | Notas | 30.06.14 | 30.06.13 |
|---|-------|----------|----------|
| Consultorias jurídicas                          |       | (467)    | (507)    |
| Consultoria financeira - Fiat Finanças          | 11    | (4.858)  | (4.604)  |
| Serviços prestados - Fiat do Brasil             | 11    | (222)    | (736)    |
| Serviços inspetoria - Floor Plan                |       | (532)    | (496)    |
| Serviços gestão documental e Tech for           |       | (59)     | (478)    |
| Desenvolvimento e manutenção de sistemas        |       | (2.878)  | (3.718)  |
| Serviços de correspondente no país              |       | (844)    | (1.449)  |
| Serviços prestados cobrança                     |       | (1.660)  | (4.161)  |
| Serviços prestados cobrança - Banco CNH Capital | 11    | (1.755)  | -        |
| Despesas de aluguéis                            |       | (361)    | (460)    |
| Despesas de comunicações                        |       | (353)    | (639)    |
| Despesas de cadastro                            |       | (431)    | (881)    |
| Despesas de serviços do sistema financeiro      |       | (1.652)  | (720)    |
| Despesas de viagens                             |       | (298)    | (591)    |
| Despesas com promoções e relações públicas      |       | (96)     | (1.103)  |
| Outras despesas administrativas                 |       | (3.998)  | (3.312)  |
| Total   |       | (20.464) | (23.855) |

## b) Outras receitas operacionais:

|   | Notas | 30.06.14 | 30.06.13 |
|---|-------|----------|----------|
| Reversão de provisão para riscos fiscais                  | 13.a) | -        | 6.456    |
| Recuperação de despesas diversas                          |       | 162      | 172      |
| Recuperação gastos cobrança                               |       | 3.606    | 3.895    |
| Atualização de depósitos judiciais                        |       | 98       | 68       |
| Recuperação de despesas com o fundo garantidor de crédito |       | 1.307    | 1.247    |
| Reversão de provisão perdas realização de ativos          |       | 176      | -        |
| Atualização impostos a compensar                          |       | -        | 37       |
| Outras rendas operacionais                                |       | 678      | 49       |
| Total   |       | 6.027    | 11.924   |

## c) Outras despesas operacionais:

|   | Notas | 30.06.14 | 30.06.13 |
|---|-------|----------|----------|
| Despesas de riscos cíveis                                 | 13.b) | (53)     | (137)    |
| Despesas de riscos trabalhistas                           | 13.b) | (3)      | (105)    |
| Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas                 |       | (1.228)  | -        |
| Amortização de perdas diferidas de arrendamento mercantil |       | (22)     | (2.659)  |
| Juros sobre provisão para riscos fiscais                  | 13.a) | (246)    | (185)    |
| Provisão perdas realização de ativos                      |       | -        | (467)    |
| Juros sobre impostos                                      |       | (6)      | (6)      |
| Campanha comercial Fiat Automóveis                        | 11    | (3.000)  | (3.000)  |
| Despesas processuais de cobrança                          |       | (1.790)  | (3.577)  |
| Outras despesas operacionais                              |       | (1.045)  | (630)    |
| Total   |       | (7.393)  | (10.766) |

d) Conforme disposto na Resolução nº 3.490/08, do Conselho Monetário Nacional, e disposições complementares, a partir de 1º de janeiro de 1995 as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderado por fatores que variam de 0% a 300%. Em 30 de junho de 2014, o índice de Basileia era de 14,56%, sendo o índice mínimo exigido pela referida resolução é de 11%.

O índice da Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

|  | Basileia |          |
|--|----------|----------|
|  | 30.06.14 | 30.06.13 |
| Base de cálculo  |          |          |
| Capital principal / Patrimônio líquido   | 533.175  | 510.590  |
| (-) Ativos diferidos   | (317)    | (2.188)  |
| (/+ ) Ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos | 1.171    | (327)    |
| (-) Ajuste prudencial - Ativos intangíveis                                     | (338)    | -        |
| (-) Crédito tributário de prejuízo fiscal e relacionados a CSLL                | (6.618)  | -        |
| Patrimônio de referência nível I   | 527.073  | 508.075  |
| (+) Ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos   | -        | 327      |
| Patrimônio de referência nível II  | -        | 327      |
| (a) Patrimônio de referência total (nível I + nível II)                        | 527.073  | 508.402  |
| Alocação de capital  |          |          |
| Ativos ponderados pelo risco - RWAcpad   | 369.828  | 405.688  |
| Risco operacional - RWOpad   | 28.448   | 24.673   |
| (b) Patrimônio de referência exigido   | 398.276  | 430.361  |
| (c) Risco de mercado - RBAN  | 1.330    | 1.934    |
| Margem = a - (b + c)   | 127.467  | 76.107   |
| Índice da Basileia   | 14,56%   | 12,99%   |

Conforme estabelecido pelo Banco Central, a partir de outubro de 2013, começou a vigorar a Basileia III, que trouxe uma série de alterações na apuração do índice da Basileia das instituições financeiras.

No patrimônio de referência foi criada a figura do Capital Principal - CP englobando várias contas do patrimônio de referência nível I. O Capital Principal passou a englobar o patrimônio líquido, os ajustes ao valor de mercado, tanto de TVM quanto de instrumentos financeiros derivativos, que no cálculo de Basileia III não compõem mais o patrimônio de referência de nível II.

Os ativos diferidos, ativos intangíveis e créditos tributários de prejuízo fiscal e relacionados a CSLL passaram a fazer parte da conta ajustes prudenciais, uma conta redutora do Capital Principal. Os ativos diferidos serão considerados em sua totalidade, enquanto os ativos intangíveis serão considerados para cálculo, somente os constituídos a partir de outubro de 2013, sujeitos aos percentuais de escalonamento previstos em norma. Para o ano de 2014 será utilizado o percentual de 20% dos ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013. Os créditos tributários de prejuízo fiscal e relacionados a CSLL também estão sujeitos ao fator de escalonamento de 20% em 2014.

## e) Limites de imobilização

|   | 30.06.14 | 30.06.13 |
|---|----------|----------|
| Base de cálculo                         |          |          |
| Patrimônio de Referência - PR           | 527.073  | 508.402  |
| (a) Situação do imobilizado             | 6.637    | 7.332    |
| (b) Limite para imobilização (50% PR)   | 263.536  | 254.201  |
| Margem (b - a)                          | 256.899  | 246.869  |
| Índice de Imobilização em relação ao PR | 1,26%    | 1,44%    |

## 17. Gerenciamento de Riscos e de Capital Regulatório

Descrevemos abaixo, de forma sucinta, as estruturas de gestão de riscos e de capital adotadas pelo Banco. Maiores informações sobre estas estruturas, bem como as informações tratadas pela Circular nº 3.678 (Gestão Riscos) e Resolução nº 3.988 (Gestão Capital) do Banco Central do Brasil, podem ser obtidas no site do Banco na internet, no endereço www.bancofidis.com.br.

## 17.1 Gestão de Riscos

## a) Risco operacional

O Banco, em atendimento às exigências da Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional, implementou, após a aprovação pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê Especial vinculado diretamente à Presidência do Banco, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação. Os relatórios de acompanhamento estão à disposição na sede do Banco.

## b) Risco de liquidez

O Banco, seguindo as normas contidas nas Resoluções nºs 2.804, 3.464 e 4.090 do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Liquidez.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez deve identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a possibilidade de de a instituição não conseguir honrar suas operações, esperadas e inesperadas, e a possibilidade de não conseguir liquidar, a preço justo, suas posições financeiras devido ao tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado no mercado.

Essa estrutura prevê políticas e estratégias documentadas e formalizadas, incluindo política de captação, que são revisadas anualmente, processos e procedimentos, plano de contingência e testes de estresse, permitindo ao Banco manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela Administração.

O Comitê de Funding que se reúne periodicamente tem entre suas atribuições a responsabilidade de promover discussões e análises sobre a exposição ao risco de liquidez. Também acompanha os processos e procedimentos elaborados pela área de gerenciamento do risco de liquidez, garantindo a aderência às normas regulatórias estabelecidas.

## c) Risco de crédito

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito implementada pelo Banco em atendimento à Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Banco.

O Comitê de Crédito e Risco é órgão responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne sempre que necessário ou por convocações do secretário, e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade do Chief Risk Officer (CRO), que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna, assim como o diretor responsável não exerce atividades relativas à administração de recursos de terceiros ou de comercialização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

## 17.2 Gestão de capital

A Gestão de Capital é realizada pelo Banco, em conformidade com a Resolução nº 3.988 do Banco Central, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

O gerenciamento de capital é realizado de forma integrada, envolvendo as principais áreas impactantes do Banco. A Controladoria é a principal responsável por controlar e monitorar o capital e o Comitê de Funding é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, fazendo cumprir a Política de Gestão de Capital.

A definição de metas e limites permite que o Banco realize o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos.

A política de Gestão de Capital bem como o Plano de Capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

## 18. Evento subsequente:

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, em função do contrato denominado "Instrumento Particular de Cessão de Contratos, Direitos e Obrigações", em 01 de julho de 2014, a carteira de crédito rotativo para aquisição de veículos pela rede de concessionários da Iveco (floor plan) foi transferida integralmente para o Banco CNH pelo exato valor contabilizado em 30 de junho de 2014 no montante de R\$417.484.

Simultaneamente, os depósitos a prazo no montante de R\$143.615 (R\$139.212 líquido do imposto de renda retido na fonte) vinculados como garantia nas operações de floor plan das concessionárias Iveco foram resgatados e reaplicados no Banco CNH Capital na mesma data.

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## A DIRETORIA

## CONTROLLER

RÔMULO SILVA GREGO  
CRC - MG - 47342/O-4

## CONTADOR

BRUNO CÉSAR MAGALHÃES CORREIA DE SÁ  
CRC - MG - 084398/O-0

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Senhores Conselheiros de Administração, após exames e discussões dos Auditores Independentes, Ernst & Young, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do

Banco Fidis S.A.

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Fidis S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (notas 3 i) e 8). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas não impactam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação referida no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Fidis S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Outros assuntos

## Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2014, preparada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado, mas está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2014.